

EMETÉRIO SILVA DE OLIVEIRA NETO

FUNDAMENTOS DO ACESSO À JUSTIÇA

Conteúdo e Alcance da Garantia Fundamental

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2016

Sumário

Prefácio.....	1
1. Introdução.....	5
2. Análise Histórico-Conceitual do Acesso à Justiça	19
2.1. O conceito de justiça e os fundamentos teórico-filosóficos do acesso à justiça: o surgimento da ideia de acesso à justiça	20
2.2. As três ondas de acesso à justiça segundo Mauro Cappelletti e Bryan Garth	36
2.3. O acesso à justiça na Legislação brasileira.....	45
2.4. O acesso à justiça como garantia fundamental.....	54
3. Um Olhar Crítico sobre a Ideia Corrente de Acesso à Justiça.....	63
3.1. O acesso à justiça como sinônimo de acesso ao Poder Judiciário e a confusão do acesso à justiça com o direito de ação	65
3.2. A falsa ideia de que o fortalecimento do Poder Judiciário garantirá por si só um efetivo acesso à justiça	78
3.3. A errônea preferência pela “nomocracia” em detrimento da “telocracia” como forma de resolver o problema do acesso à justiça.....	89
3.4. Por uma universalização do acesso à justiça a partir da conscientização da população quanto aos seus direitos	99
4. A Insuficiência da Via Judicial para o Acesso à Justiça	109

4.1. A excessiva quantidade de processos e a morosidade do judiciário: a demanda é superior à oferta	110
4.2. Os focos de tensão com o Executivo e o Legislativo protagonizados pelo “gigantismo judiciário”: <i>a judicialização da política e a politização do judiciário</i>	125
4.3. Os “clientes habituais” do judiciário e os prejuízos para a igualdade no acesso à justiça	138
4.4. Os entraves para o acesso ao Poder Judiciário e o conseqüente descrédito na <i>justiça jurisdicional</i>	146
4.5. Os meios alternativos de acesso à justiça: conciliação, mediação, arbitragem e intervenção (neutra) de terceiros	152
5. A Necessária Releitura do Acesso à Justiça:	
A Quebra do Velho Paradigma	167
5.1. Do acesso à justiça formal ao acesso a uma ordem jurídica justa	171
5.2. O acesso à justiça como acesso a direitos	179
5.3. A necessidade de criação de filtros de acesso ao Poder Judiciário em prol de uma prestação judiciária de qualidade <i>versus</i> a democratização do acesso à justiça....	183
5.4. A perda do monopólio estatal na distribuição da justiça: a ideia de jurisdição compartilhada.....	193
5.5. Da necessidade da <i>passagem judiciária</i> para matérias cuja singularidade demanda provimento judicial..	204
5.6. O acesso à justiça fomentado pelos Poderes Executivo e Legislativo: a justiça preventiva	209
6. Considerações Finais.....	215
Referências	225